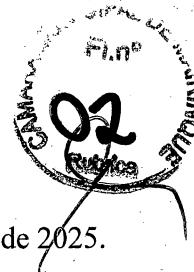


**SECRETARIA EXECUTIVA DE GABINETE**

Avenida Lamartine Navarro, 514 - Centro, Mairinque - SP  
CEP: 18120-003 | Telefone: (11) 4718-8666 | www.mairinque.sp.gov.br  
gabinete@mairinque.sp.gov.br | CNPJ: 45.944.428/0001-20



Mairinque, 28 de novembro de 2025.

**MENSAGEM Nº 74 / 2025**

Senhor Presidente,

Temos a honra de encaminhar a essa Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 74/2025, que dispõe sobre autorização para alterações nos anexos do PPA-Plano Plurianual, LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias e Abertura de Crédito Adicional Especial.

As alterações solicitadas referem-se a inclusão no Programa nº 0005-Fundo Municipal de Assistência Social, a Ação nº 2.454 – Programa Estadual SuperAção SP.

O Crédito a ser autorizado será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação, provocado pelo repasse do Convênio com o Governo do Estado de São Paulo, com o Programa Estadual SuperAção SP.

Pelo exposto, e diante dos justos objetivos a serem atingidos com a presente medida, solicitamos o apoio dessa nobre Edilidade, para apreciação e aprovação da matéria em regime de urgência.

Ao ensejo, apresentamos a Vossa Excelência, e extensivamente a seus pares, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

CARLOS EDUARDO  
THOMAZ

PEDROSO:30298116898

CARLOS EDUARDO THOMAZ PEDROSO

Prefeito

Assinado de forma digital por  
CARLOS EDUARDO THOMAZ  
PEDROSO:30298116898  
Dados: 2025.11.28 15:26:48 -03'00'

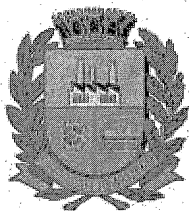
Exmo. Sr.

**RAFAEL DE OLIVEIRA DIAS**

Presidente da Câmara Municipal de

**MAIRINQUE – SP**

15:35 28/11/25 - 002410 - CÂMARA MUNICIPAL DE MAIRINQUE



## SECRETARIA EXECUTIVA DE GABINETE

Avenida Lamartine Navarro, 514 – Centro, Mairinque – SP  
CEP: 18120-003 | Telefone: (11) 4718-8666 | www.mairinque.sp.gov.br  
gabinete@mairinque.sp.gov.br | CNPJ: 45.944.428/0001-20



### PROJETO DE LEI Nº 74 / 2025.

**DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÕES NOS ANEXOS DO PPA-PLANO PLURIANUAL, LDO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL. -**

**CARLOS EDUARDO THOMAZ PEDROSO**, Prefeito Municipal de Mairinque, usando as atribuições que lhe são conferidas, pela legislação em vigor,

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam alterados os anexos mencionados nos artigos 1º que integram as Leis Municipais nº 3917 de 19/10/2021, PPA-PLANO PLURIANUAL, e nº 4288 de 25/06/2024, LDO-LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, por conta da inclusão no Programa nº 0005-Fundo Municipal de Assistência Social, a Ação nº 2.454–Programa Estadual SuperAção SP.

**Art. 2º** Fica o Executivo autorizado a abrir na Contadoria Municipal, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.657.500,00 (Um milhão, seiscentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), para atender as despesas de Convênio celebrado com o Governo do Estado de São Paulo, para o Programa Estadual SuperAção SP.

02.00.00 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE  
02.03.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA  
02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Atividade: 08.244.0005.2.454 – vínculo 02.500.37  
Elemento de Despesa: 3.3.50.43.00 – .....R\$ 907.500,00  
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – .....R\$ 300.000,00  
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – .....R\$ 450.000,00

**Total.....R\$ 1.657.500,00**

**Art. 3º** O crédito aberto no artigo 2º, será coberto com recursos proveniente de excesso de arrecadação, provocado pelo repasse dos recursos do referido convênio.

**Excesso de arrecadação.....R\$ 1.657.500,00**

**Art. 4º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reabrir, no orçamento do exercício vindouro, os saldos de dotações orçamentárias abertos por esta lei e não utilizados até o final do exercício de 2025, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE, 28 de novembro de 2025.**

CARLOS EDUARDO  
THOMAZ

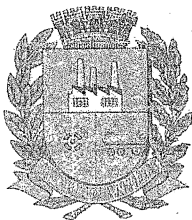
PEDROSO:30298116898

Assinado de forma digital por  
CARLOS EDUARDO THOMAZ  
PEDROSO:30298116898

Dados: 2025.11.28 15:26:28 -03'00'

**CARLOS EDUARDO THOMAZ PEDROSO**

**Prefeito**



**SECRETARIA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA**

Avenida Francisco De Assis Pinto De Oliveira, 25 – Centro, Mairinque – SP  
CEP: 18120-011 | Telefone: (11) 4718-2884 | www.mairinque.sp.gov.br  
assistenciasocial@mairinque.sp.gov.br | CNPJ: 45.944.428/0001-20



Mairinque, 25 de novembro de 2025.

**Memorando 526/2025 – Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família**

**À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**ASSUNTO: Abertura de Crédito Adicional**

Prezada Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos pelo presente solicitar abertura de crédito, referente o cofinanciamento do Programa Estadual SuperAção SP, visto que o Município concluiu a primeira etapa de adesão ao Programa.

O cofinanciamento será o apoio financeiro que visa fortalecer a capacidade de atendimento do Município. Serão duas etapas sendo Etapa 1 Implantação de Custeio Continuado e Etapa 2 Expansão de Serviços.

Foi empenhado pelo Estado o valor total de R\$ 1.657.500,00, através da nota de Empenho 2025NE03594.

Os valores serão divididos da seguinte forma:

R\$ 300.000,00 Material de Consumo

R\$ 450.000,00 Serviço de Terceiro PJ

R\$ 907.500,00 Subvenções Sociais

Seguem em anexo os documentos referente ao referido Programa.

Atenciosamente,

**Secretária**

**Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família**

## Programa de SuperAção - Validação de Conta



De Carolina Maria Rodrigues Libardi <clibardi@sp.gov.br>  
Para Mairinque - Jessica <jessica.correa@mairinque.sp.gov.br>  
Data 2025-11-06 18:49



Prezados,

Informamos que foram empenhados os recursos orçamentários para atender o Município de **Mairinque - DRADS Sorocaba**, para Cofinanciamento de Recursos Estaduais destinados ao Programa de SuperAção, em consonância com o estabelecido pela Resolução SEDS nº. 32, de 06 de agosto de 2025, na seguinte conformidade:

- U.O. – 35007 – Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

Nota de Empenho: **2025NE03594**

Totalizando: R\$ 1.657.500,00

Com relação à conta corrente, informamos que a Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF abriu nova conta pelo BB GESTÃO ÁGIL, junto ao Banco do Brasil, conforme segue:

Agência: 0943-1.....Conta Corrente nº 44019-1

Deste modo, pedimos que a Prefeitura valide a conta junto ao banco.

Atenciosamente,



**Carolina Maria R. Libardi**

**Chefe de Núcleo**  
**DRADS SOROCABA**

clibardi@sp.gov.br | 15-32326784  
Av. Washington Luiz, 1771 - Sorocaba/SP

/governosp

## MAIRINQUE

A Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo informa que o **município concluiu a primeira etapa de adesão ao Programa SuperAção SP.**

Desta forma, daremos início aos procedimentos técnicos e operacionais para a efetiva implementação do Programa no território. Em breve, esta Secretaria fará contato para o alinhamento das próximas etapas, que incluem as orientações sobre a governança local e a capacitação das equipes.

Abaixo, apresentamos alguns dados de interesse para seu município:

### TRILHAS

#### TRILHA DE PROTEÇÃO SOCIAL

Famílias com **maior dificuldade** à inclusão produtiva. Serão conectadas à rede socioassistencial e acompanhadas por serviços de proteção e atendimento a famílias (PAIF e PAEFI).

FAMÍLIAS ATENDIDAS:

127

#### TRILHA DE SUPERAÇÃO DA POBREZA

Famílias com **potencial para inclusão produtiva**. Serão acompanhadas pelos Agentes de SuperAção ao longo dos módulos Proteger, Desenvolver e Incluir a partir da construção e execução do Plano de Desenvolvimento Familiar.

FAMÍLIAS ATENDIDAS:

100

NÚMERO DE AGENTES: 3

### COFINANCIAMENTO

O apoio financeiro visa fortalecer a capacidade de atendimento do município.

#### ETAPA 1

Implantação de Custeio Continuada

Repasse destinado a fortalecer a rede socioassistencial já existente, garantindo as condições necessárias para o acompanhamento das famílias.

VALOR ESTIMADO:

R\$ 750.000,00

#### ETAPA 2

Expansão de Serviços

Recurso calculado com base no déficit de unidades de CRAS e na demanda potencial por serviços, visando ampliar a capacidade de atendimento da rede.

VALOR ESTIMADO:

R\$ 907.500,00

A seguir apresentamos um resumo de pontos importantes para o município

## AS TRILHAS DE ACOMPANHAMENTO E O PÚBLICO-ALVO

### Trilha de Proteção Social

Destinada a famílias em vulnerabilidade social com maiores dificuldades para a inclusão produtiva, como aquelas sem adultos em idade ativa ou com membros que necessitam de cuidados integrais. O objetivo é conectar essas famílias à rede socioassistencial já existente, para que sejam acompanhadas pelos serviços de referência do SUAS (PAIF e PAEFI). É importante ressaltar que a atuação nesta trilha é conduzida pelas equipes municipais, não havendo o acompanhamento pelos Agentes de SuperAção.

### Trilha de Superação da Pobreza

Voltada para famílias com potencial para a inclusão produtiva, que possuam ao menos um indivíduo em idade ativa e sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família. Estas famílias receberão o acompanhamento intensivo e personalizado dos Agentes de SuperAção, com base na construção de um Plano de Desenvolvimento Familiar (PDF). A jornada é estruturada em módulos (Proteger, Desenvolver e Incluir) e tem duração de até dois anos.

## AUXÍLIOS E INCENTIVOS PARA AS FAMÍLIAS

### Auxílio de Proteção Social

- Valor: 1/12 do salário-mínimo paulista vigente, por mês, para cada membro da família registrado no Cadastro Único.
- Critérios Principais: Serão elegíveis as famílias em situação de insegurança alimentar grave e com renda familiar por pessoa inferior a R\$ 218,00 mensais.

### Incentivo de Compromisso com o Programa

- Valor: R\$ 200,00 em parcela única.
- Critérios Principais: Concedido à família uma única vez, após a conclusão e pactuação do seu Plano de Desenvolvimento Familiar (PDF) junto ao Agente de SuperAção.

### Auxílio para Capacitação Profissional

- Valor: Para cursos presenciais, o valor é de R\$ 1.200,00 (dividido em duas parcelas). Para cursos à distância (online), o valor é de R\$ 600,00 (em parcela única).
- Critérios Principais: Destinado a membros da família que iniciarem cursos de qualificação profissional contemplados pelo Programa, para apoiar com despesas de transporte, alimentação e internet.

### Incentivo para Desenvolvimento de Capacidades

- Valor: R\$ 600,00 em parcela única.
- Critérios Principais: Concedido à família uma única vez, quando o representante familiar apresentar certificados que comprovem a conclusão de, no mínimo, 80 horas em cursos de capacitação ou educação formal.

### Incentivo para Inclusão no Mundo do Trabalho:

- Valor: Um salário-mínimo paulista vigente, pago em duas parcelas.
- Critérios Principais: Concedido à família uma única vez, quando o representante familiar conseguir um emprego no mercado formal ou se formalizar como empreendedor (com CNPJ) e se manter na atividade por, no mínimo, 6 meses.



## COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO

No âmbito do Programa SuperAção SP, os municípios assumem um papel central na implementação das ações. Para assegurar a execução qualificada e integrada das atividades junto às famílias, as principais competências da gestão municipal são:

- **Articulação Intersectorial:** Articular, em âmbito local, as políticas públicas de áreas como saúde, educação e trabalho, visando a oferta integrada de serviços às famílias beneficiárias.
- **Designação de Equipe:** Designar formalmente o coordenador municipal e os interlocutores técnicos que serão responsáveis pelo programa no município.
- **Estrutura e Apoio:** Disponibilizar a equipe técnica e a estrutura administrativa e física adequadas para a execução das ações do programa.
- **Governança Local:** Instituir e coordenar o Comitê Municipal Intersectorial, que será responsável por acompanhar e articular localmente as ações do programa, garantindo a integração entre as diferentes secretarias (Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho, etc.).
- **Gestão da Informação:** Aderir e utilizar o sistema de informação SIGMA, disponibilizado pelo Estado, mantendo os registros das famílias e dos atendimentos sempre atualizados.
- **Capacitação:** Assegurar a participação de suas equipes técnicas nas capacitações e formações oferecidas pelo Estado.
- **Comunicação e Mobilização:** Apoiar a comunicação e a mobilização das famílias selecionadas para o programa e facilitar o acesso delas às atividades, inclusive com apoio para transporte e alimentação, quando necessário.

## ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os Agentes de SuperAção irão direcionar as famílias para acessarem os seguintes serviços municipais já mapeados:

- **Assistência Social:** Acompanhamento via CRAS e CREAS, acesso ao Cadastro Único e programas de transferência de renda.
- **Educação:** Matrícula em creches e pré-escolas, programas de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA), e cursos de qualificação.
- **Saúde:** Atendimento na rede de Atenção Básica e programas de saúde da família.
- **Trabalho e Renda:** Serviços do Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT), qualificação profissional e fomento a pequenos negócios.
- **Habitação:** Programas de habitação social.

Podem existir outras ofertas municipais que fazem conexão com o Programa SuperAção SP e que devem ser detalhadas posteriormente.







**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
Avenida Lamartine Navarro, 514 – Centro, Mairinque – SP  
CEP: 18120-003 | Telefone: (11) 4718-8656 | www.mairinque.sp.gov.br  
juridico@mairinque.sp.gov.br | CNPJ: 45.944.428/0001-20



**À SECRETARIA EXECUTIVA DE GABINETE**

**Assunto: PARECER JURIDICO RELATIVO À EXIGÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PROJETOS QUE TRATAM DE ALTERAÇÕES NOS ANEXOS DO PPA-PLANO PLURIANUAL, LDO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E ABERTURA DE CRÉDITO.**

## **1 – DO RELATÓRIO**

Trata-se de questionamento acerca da necessidade de realização de audiências públicas para projetos que tratam de alterações nos anexos do PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e Abertura de Crédito.

Após, os autos vieram para análise e parecer jurídico, pelo que encontram-se instruídos e com as devidas formalidades, para análise de admissibilidade, não tendo sido identificado ausência de dados cadastrais e quaisquer elementos impeditivos para o devido prosseguimento.

É o relatório.

Passo a opinar.

## **2 – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

A referida proposta se encontra em acordo com as regras constitucionais previstas para alterações nos anexos do PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e Abertura de Crédito, que dependem de iniciativa privativa do Chefe do Executivo e prévia autorização legislativa, o que encontra respaldo no artigo 167, inciso III e V da Constituição Federal.





**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Avenida Lamartine Navarro, 514 – Centro, Mairinque – SP  
CEP: 18120-003 | Telefone: (11) 4718-8656 | www.mairinque.sp.gov.br  
juridico@mairinque.sp.gov.br | CNPJ: 45.944.428/0001-20



Entretanto, há de se salientar que o artigo 167, III, da CF também não abarca a exigência de audiência pública para abertura de crédito adicional especial. Logo, o que de fato se pode afirmar, que em decorrência com os fundamentos doravante elencados, a exigência de audiência pública para este fim não encontra abrigo no campo das obrigações do Administrador Municipal.

Depreende-se que concernente ao caso real ora discutido, tratando-se de crédito especial, porquanto trata de receita até então inexistente no orçamento, e que nele precisa ocorrer tal inserção. Vejamos:

*Art. 5º A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único.*

Logo, necessário consignar o recurso no orçamento, o que, de acordo com o artigo. 42 da mesma Lei, expressa:

*Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

Neste sentido, temos que a Lei determina a autorização por Lei e a abertura por Decreto, para o quê não há mistério, posto que ato corriqueiro da Administração Pública.

Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 165, prevê a elaboração de três Leis que norteiam a execução das políticas públicas: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento anual (LOA). O Art. 167, logo na sequência, veda “a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.”



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Avenida Lamartine Navarro, 514 – Centro, Mairinque – SP  
CEP: 18120-003 | Telefone: (11) 4718-8656 | www.mairinque.sp.gov.br  
juridico@mairinque.sp.gov.br | CNPJ: 45.944.428/0001-20



Tais instrumentos seriam suficientes para dar suporte à administração, se ao longo de suas execuções, não surgissem créditos adicionais que necessitam ser alojados no orçamento para que possam realizar despesas, até então, não computadas ou insuficientes, visto que porém, eles surgem e precisam receber o tratamento que a Lei preceitua.

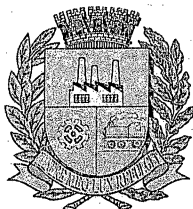
A Lei Orgânica do Município de Mairinque prevê:

***Art. 127. O planejamento orçamentário compreende a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.***

***Parágrafo único - Na elaboração das leis referidas no caput deste artigo é garantida a participação popular, através de consultas às entidades representativas da população. (grifo não original).***

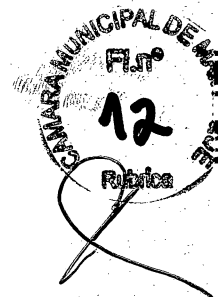
Com o devido respeito de posições contrárias, e mesmo que a participação pública, dita popular, seja a linha de frente, a vanguarda da Administração Pública, no presente caso em específico, com relação às peças orçamentárias, os cidadãos realmente direcionam as despesas públicas, sendo-lhes possível fiscalizar e conferir se está sendo cumprido o que aprovaram, sendo conveniente enfatizar que, para além do que é determinado por Lei, a realização de audiências públicas, se não o caso, podem e devem ser realizadas de acordo com o arbítrio do Administrador, não podendo, um processo legislativo legítimo e regular ser freado por razões não previstas objetivamente, expressamente em Lei.

Ao implemento do raciocínio, outra Lei que dispõe sobre a formulação de peças orçamentárias e a participação popular é o Estatuto da Cidade, que nada dispõe sobre a realização de audiência pública em qualquer outra Lei relacionada a orçamento, exceto pelas que especifica, o que exclui a criação de créditos especiais, suplementares e extraordinários.



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Avenida Lamartine Navarro, 514 – Centro, Mairinque – SP  
CEP: 18120-003 | Telefone: (11) 4718-8656 | www.mairinque.sp.gov.br  
juridico@mairinque.sp.gov.br | CNPJ: 45.944.428/0001-20



Neste interim, e lançando mão de uma interpretação mais restrita, que leve em conta a intenção do legislador e o real sentido do texto legal, temos que somente a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) estão sujeitas à colaboração e participação populares, não se aplicando a obrigação às leis subsequentes que tenham por objetivo aquele inicialmente aprovado.

Não é demais lembrar que Administração está adstrita ao quanto previsto em Lei, assim como não se deve obrigar além do que o legislador preconizou, sendo inadmissíveis, nessa atividade, interpretações extensivas ou restritivas, recomendações, opiniões, exigências, conjecturas, anseios ou qualquer outra espécie de previsão que não seja o objetivo e estrito texto da Lei.

Não se admite qualquer desvio ou leviandade na atividade administrativa pública, sendo que muitas vezes, pretensões ou embates de ordem política podem prejudicar e macular a imagem do Administrador que, no auge dos acontecimentos, estava agindo dentro dos limites da legalidade.

Ademais, com fulcro no artigo 30, inciso I da Constituição Federal, os Municípios são dotados de autonomia legislativa, possuindo a capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local.

Logo, a competência municipal reside no direito público subjetivo de adotar providências em assuntos de peculiar interesse, quer seja no campo da legislação, administração, tributação e fiscalização, dentro dos limites e parâmetros fixados pela Constituição Federal, ou seja, as normas atinentes ao orçamento municipal, como abertura de créditos adicionais, é assunto de exclusiva competência legislativa do Município, por força da autonomia político-administrativa, sendo tal assertiva de entendimento insofismável.

Outrossim, o orçamento anual faz parte de um processo de planejamento que incorpora intenções e prioridades expressas no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), sendo que durante sua execução, podem ocorrer situações que



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Avenida Lamartine Navarro, 514 – Centro, Mairinque – SP  
CEP: 18120-003 | Telefone: (11) 4718-8656 | www.mairinque.sp.gov.br  
juridico@mairinque.sp.gov.br | CNPJ: 45.944.428/0001-20



demandam da realização de despesas não autorizadas na lei orçamentária, gerando a necessidade de complementar os recursos autorizados, motivo pelo qual foram criados mecanismos jurídicos que possuem a capacidade de retificar o orçamento durante sua execução, como os créditos adicionais, que podem ser abertos no orçamento após aprovação de lei que o autoriza.

Nesta ordem, a Constituição Federal ao regulamentar as disposições aplicáveis, no tocante a abertura de crédito suplementar ou especial, ditou dois requisitos para sua validade, quais seja, a autorização legislativa e indicação dos recursos utilizados para tal fim, conforme artigo 167, inciso V da Constituição Federal.

Na mesma toada é a abertura de créditos adicionais especiais, suplementares e extraordinários, os quais se destinam, em última análise, a adequar o orçamento ao longo do exercício fiscal às necessidades supervenientes, o que torna o rito do seus procedimentos derradeiramente incompatível com a obrigatoriedade de audiência pública para todos os casos em que se reclame a criação de créditos adicionais.

Importante mencionar também que o Regimento Interno da Câmara Municipal de Mairinque, em seus artigos 49 e 289/291 igualmente não tornam obrigatória audiência pública para a hipótese.

Destarte, temos que, obedecendo estritamente a Constituição Federal, as Leis Federal e Municipal citadas alhures, não há qualquer dispositivo que obrigue o Administrador a realizar audiências públicas, fazendo além do que determina o sistema legal a que está sujeito, quando da remessa de projetos de leis que tratam da abertura de crédito especial, sendo, qualquer exigência neste sentido, um óbice ao legítimo processo legislativo.

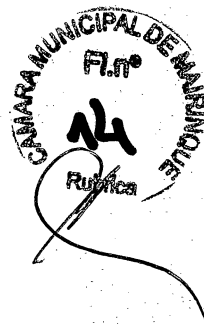
Por fim, ainda cumpre repisar que a audiência pública só é exigida quando efetivamente a lei a exige, tal como se dá no art. 9º, §4º, art. 48, §1º, I, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 40, §4º, I, art. 43, II, 44, 4º, III, “f”, todos da Lei 10.257/2001.

---



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Avenida Lamartine Navarro, 514 – Centro, Mairinque – SP  
CEP: 18120-003 | Telefone: (11) 4718-8656 | www.mairinque.sp.gov.br  
juridico@mairinque.sp.gov.br | CNPJ: 45.944.428/0001-20



Desta forma, para abertura de créditos adicionais no orçamento, depende de dois apenas requisitos sendo autorização legislativa e indicação dos recursos que serão utilizados, o qual depende da análise pela Câmara de Vereadores, mediante aprovação de lei específica.

Competiria aos nobres Edis a análise da justificativa apresentada pelo Chefe do Executivo, verificando-se a existência de interesse público, social e econômico, o qual autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento corrente, para o fim que o Projeto de Lei em análise específica.

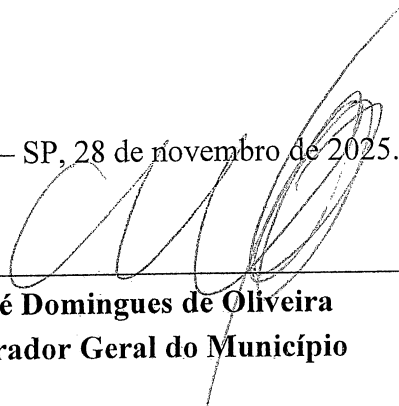
Vale bem ressaltar que a responsabilidade legal pela realização de despesas públicas, compete ao Executivo, o qual avalia a oportunidade e conveniência da execução, bem como o pleno atendimento à legislação vigente, existindo responsabilidade administrativa conforme artigo 71 da Constituição Federal, estando sujeito à prestação de contas anual pelo Tribunal de Contas.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, no entendimento ora apresentado, cujo parecer possui caráter meramente opinativo e não vinculante, opina-se no sentido de que não é exigível a realização de audiência pública para projetos que tratam de abertura de crédito.

É o parecer. SMJ.

Mairinque – SP, 28 de novembro de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
**André Domingues de Oliveira**  
**Procurador Geral do Município**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MAIRINQUE

C.N.P.J. 49.559.628/0001-10

Av. Dr. Gaspar Ricardo Júnior, 185 - Centro - Mairinque-SP - CEP 18120-000  
Telefones: (0\*\*11) 4708-2910 / 4708-2690 / 4718-4764 / 4718-4690  
www.camaramairinque.sp.gov.br



## RECEBIMENTO

### PROJETO DE LEI Nº 74/ 2025

Nos termos do *caput* do art. 137 do Regimento Interno (transcrito abaixo), declaro recebido nesta data a proposição em referência.

**Art. 130** *Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, podendo ser:*

- I - Projetos de Emenda à Lei Orgânica;*
- II - Projetos de Lei Complementar;*
- III - Projetos de Lei;*
- IV - Projetos de Decreto-Legislativo;*
- V - Projetos de Resolução;*
- VI - Substitutivos e Emendas;*
- VII - Requerimentos;*
- VIII - Moções;*
- IX - Recursos;*
- X - Veto.*

**§ 1º** *Também são considerados proposições, embora não sujeitos à deliberação do Plenário, os Requerimentos de que trata o art. 222 e as Indicações.*

**§ 2º** *As proposições não poderão conter siglas sem seus enunciados, nem abreviaturas não oficiais, salvo as de domínio público.*

**Art. 137** *As proposições descritas nos incisos I, II, III, IV, V, e X do artigo 130 serão recebidas no Expediente da sessão ordinária imediatamente posterior à sua apresentação ao Protocolo.*

Mairinque, 02 de dezembro de 2025.

Expediente da 37ª Sessão ordinária da 16ª Legislatura

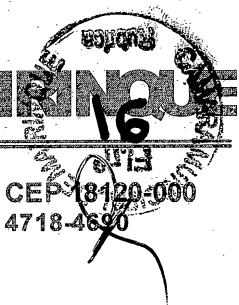
**Vereador Rafael da Hípica**  
Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL DE MAIRINQUE

C.N.P.J. 49.559.628/0001-10

Av. Dr. Gaspar Ricardo Júnior, 185 - Centro - Mairinque-SP - CEP: 13.120-000  
Telefones: (0\*\*11) 4708-2910 / 4708-2690 / 4718-4764 / 4718-4690  
www.camaramunicipaldemairinque.com.br



## **DESPACHO DA PRESIDÊNCIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 74/2025**

À Procuradoria Jurídica

Solicito, nos termos do art. 139 do Regimento Interno, a análise jurídica do projeto supra.

Peço a manifestação no prazo de 7 (sete) dias conforme o dispositivo supra mencionado.

Grato.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 3 de dezembro de 2025.**

  
**VEREADOR RAFAEL DA HÍPICA**  
Presidente





# CÂMARA MUNICIPAL DE MAIRINQUE

C.N.P.J. 49.559.628/0001-10

Av. Dr. Gaspar Ricardo Júnior, 185 - Centro - Mairinque-SP - CEP 18120-000  
Telefones: (0\*\*11) 4708-2910 / 4708-2690 / 4718-4764 / 4718-4690  
[www.camaramunicipaldemairinque.com.br](http://www.camaramunicipaldemairinque.com.br)



## DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

### PROJETO DE LEI Nº 74/2025

À Consultoria de Orçamento e Estatística:

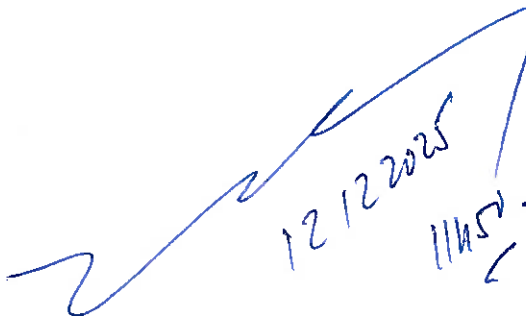
Solicito, nos termos do art. 139 do Regimento Interno, a análise jurídica do projeto supra.

Peço a manifestação no prazo de 7 (sete) dias conforme o dispositivo supra mencionado.

Grato.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 3 de dezembro de 2025.**

  
**VEREADOR RAFAEL DA HÍPICA**  
Presidente

  
12/12/2025  
11h57

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 74/2025 DO EXECUTIVO MUNICIPAL



Assunto: Análise do Projeto de Lei nº 74/2025, que dispõe sobre a autorização para alterações nos anexos do PPA, LDO e LOA, com a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 1.657.500,00.

O presente Parecer tem por objetivo analisar o Projeto de Lei nº 74/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que submete à apreciação desta Casa Legislativa a proposta de autorização para a abertura de **Crédito Adicional Especial**.

A Administração Pública Municipal, por meio do Projeto de Lei em epígrafe, pleiteia a autorização para a abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.657.500,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais). A finalidade declarada para tal abertura é a cobertura de despesas relacionadas ao “Programa Estadual SuperAção SP” e para tanto, junta, ao que parecer um folder Benefício Eventual do Governo do Estado de São Paulo, cujos recursos são provenientes de repasse da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, conforme documentação anexa à mensagem.

Eis o resumo:

### **Proposta de Alteração Orçamentária**

- O Projeto de Lei nº 74/2025 foi enviado à Câmara Municipal para autorizar alterações nos anexos do PPA e LDO.
- A proposta inclui a Ação nº 2.454 do Programa Estadual SuperAção SP no Fundo Municipal de Assistência Social.
- O crédito adicional especial solicitado é de R\$ 1.657.500,00, proveniente de excesso de arrecadação do convênio com o Estado.

### **Justificativa para Abertura de Crédito**

- O crédito será utilizado para atender despesas relacionadas ao convênio com o Governo do Estado de São Paulo.
- O objetivo é fortalecer a capacidade de atendimento do município no âmbito do Programa SuperAção SP.
- O projeto visa atender famílias em situação de vulnerabilidade social, promovendo inclusão produtiva e assistência social.

### **Análise Jurídica da Necessidade de Audiência Pública**

- A Procuradoria Geral do Município emitiu parecer sobre a exigência de audiência pública para a abertura de crédito adicional.
- O parecer conclui que não é obrigatória a realização de audiência pública para a abertura de crédito especial.
- A legislação vigente permite a abertura de créditos adicionais com autorização legislativa e indicação de recursos, sem necessidade de audiência.

### **Recebimento e Tramitação do Projeto de Lei**

- O projeto foi recebido pela Câmara Municipal e está em tramitação conforme o Regimento Interno.
- O Presidente da Câmara solicitou análise jurídica do projeto à Procuradoria, com prazo de sete dias para manifestação.
- A tramitação segue as normas estabelecidas, garantindo a análise do interesse público e a legalidade da proposta.

### **Objetivos do Programa Estadual SuperAção SP**

- O Programa SuperAção SP visa conectar famílias em vulnerabilidade social a serviços de proteção e atendimento.
- O programa inclui ações de capacitação, inclusão no mercado de trabalho e apoio financeiro para famílias.
- A implementação do programa requer articulação intersetorial e designação de equipes técnicas no município.

A Lei nº 4.320, de 1964, em seu artigo 40, conceitua o que são créditos adicionais e, são instrumentos legais que permitem alterar a Lei Orçamentária Anual (LOA) durante sua execução, seja para criar nova despesa, reforçar dotações já existentes ou atender situações emergenciais.

O artigo 41 da Lei estabelece três espécies:

- **Créditos suplementares**  
Definição: destinados a **reforço de dotação orçamentária já existente**.  
Exemplo: uma secretaria que recebeu R\$ 100 mil para determinado programa, mas que necessita de mais R\$ 20 mil para concluí-lo.
- **Créditos especiais**  
Definição: destinados a despesas para as quais **não haja dotação orçamentária específica**.  
Exemplo: criação de um programa de incentivo ao turismo não previsto na LOA.
- **Créditos extraordinários**  
Definição: destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.  
Exemplo: recursos para socorro em enchentes ou pandemias.

Nos artigos 42 e 44, trazem as regras para a sua abertura e, quanto a natureza, esse dispositivo estabelece uma dupla exigência para abertura de créditos suplementares e especiais:

- **Autorização legislativa** – ato formal do Poder Legislativo, geralmente na forma de lei específica, autorizando o aumento da despesa;
- **Indicação da fonte de recursos** – obrigação de indicar claramente de onde virão os recursos (superávit, excesso de arrecadação, anulação de dotações, operação de crédito), conforme art. 43 da mesma lei.

Essa exigência evita que o Executivo altere o orçamento de forma unilateral e sem controle, garantindo equilíbrio entre os poderes e responsabilidade fiscal e, por isso, o Executivo deve enviar projeto de lei à Câmara, acompanhado de planilhas e relatórios que comprovem a disponibilidade da fonte de recursos.

Quanto ao artigo 44, cria uma exceção ao princípio da autorização legislativa prévia, permitindo que o Executivo abra créditos extraordinários de imediato, quando houver urgência e imprevisibilidade - casos de guerra, comoção interna ou calamidade pública (art. 41, III).

Tem sentido a urgência justifica a inversão do rito: primeiro o Executivo abre o crédito e começa a execução; depois comunica ao Legislativo para fins de controle político e registro legal.

A Lei nº 4.320/1964 determina que, para abertura de créditos suplementares e especiais, deve haver recursos disponíveis. O artigo 43 especifica as fontes:



- Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- Excesso de arrecadação (diferença positiva entre arrecadação e previsão);
- Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias;
- Operações de crédito autorizadas.

A finalidade dos créditos adicionais é assegurar flexibilidade na execução orçamentária, permitindo ajustes necessários diante de fatos supervenientes. Contudo, essa flexibilidade é limitada por dois mecanismos de controle:

- Controle Legislativo: exigência de lei autorizativa (exceto em créditos extraordinários de urgência).
- Controle Administrativo e Social: exigência de publicidade e de demonstração da origem dos recursos.

Quanto a ausência de audiência pública é de se destacar que a participação popular nas políticas públicas constitui um dos pilares essenciais para a consolidação da democracia no Brasil, particularmente no período de redemocratização após a ditadura militar. A Constituição Federal de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", representou uma ruptura histórica ao transformar o cidadão de mero eleitor passivo em ator central do processo decisório. Essa visão vai além da representação eleitoral periódica, abrangendo uma interação dinâmica entre indivíduos, sociedade civil organizada e aparatos estatais.

Ao priorizar a participação popular, a CF/88 não só legitima as escolhas públicas, ao integrar perspectivas diversas - sociais, regionais e culturais -, mas também aprimora a efetividade das políticas. Iniciativas elaboradas sem o envolvimento cidadão tendem a ignorar demandas concretas, resultando em resistências sociais, ineficiências orçamentárias e agravamento de desigualdades. Por outro lado, a inclusão ativa fomenta políticas mais equitativas, transparentes e duradouras, alinhadas aos ideais de justiça social e equidade, promovendo um Estado que serve ao povo, e não o contrário.

Os mecanismos constitucionais que incentivam essa participação são amplos e inovadores, demonstrando o compromisso com uma democracia não apenas representativa, mas também participativa.

O artigo 1º da CF/88 erige a soberania popular como alicerce da República Federativa do Brasil, afirmando que todo poder emana do povo e deve ser exercido em prol de seu bem-estar. Essa premissa principiológica se concretiza em ferramentas de democracia direta, delineadas no artigo 14, como plebiscitos e referendos.

Não obstante existam dispositivos formais, a realidade impõe obstáculos substanciais que comprometem a real efetividade da participação popular. A desigualdade socioeconômica, enraizada em uma história de exclusão, barra o ingresso de grupos vulneráveis: comunidades rurais, moradores de periferias e minorias étnicas ou indígenas muitas vezes faltam com infraestrutura básica, como transporte, alfabetização cívica ou internet, para se envolverem.

O analfabetismo político, intensificado pela disseminação de *fake news* nas mídias sociais, direciona o engajamento para elites urbanas e entidades consolidadas, como ONGs e centrais sindicais, silenciando perspectivas marginais.

A rigidez burocrática, com trâmites complexos para iniciativas populares, e o subfinanciamento crônico de conselhos - que operam com verbas mínimas - enfraquecem seu peso decisório. A corrupção endêmica e práticas clientelistas erodem a credibilidade, fomentando desilusão e um círculo vicioso de abstencionismo.

Essa dicotomia entre o ideal normativo e a execução prática espelha os núcleos dos princípios democráticos e do Estado de Direito na CF/88. A cidadania ativa, proclamada no parágrafo único do artigo 1º, e a *accountability* (artigo 37) elevam a participação a um mecanismo de equilíbrio contra abusos estatais, impulsionando a igualdade substancial (artigo 3º) e a justiça social.

O Estado Democrático de Direito, com sua irradiação para o texto constitucional inteiro - notadamente no artigo 37, que dita eficiência e moralidade administrativa -, demanda que a participação transcenda o ritualismo, tornando-se vetor para concretizar a dignidade humana (artigo 1º, III). Decisões do STF, a exemplo do RE 571.951, validam que omissões à participação configuram inconstitucionalidades, compelindo o poder público a intervir.

Por fim, esse receio administrativo reflete uma tensão intrínseca ao Estado Democrático de Direito: a participação popular, sustentáculo da soberania (artigo 1º, I), confronta resquícios autoritários na gestão pública. Superar tal receio é vital para a legitimidade das políticas.

Enfim, valorizar a participação popular não é mera escolha, mas urgência democrática: ela reconfigura o Estado como parceiro da sociedade, assegurando políticas que atendam ao interesse coletivo e sustentem uma democracia inclusiva e resiliente.

Após análise detida do Projeto de Lei nº 59/2025 e dos documentos que o instruem, esta Consultoria Orçamentária e Estatística apresenta as seguintes considerações.:

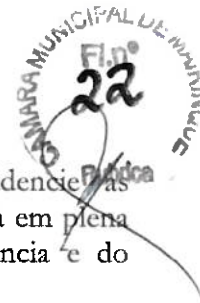
- Ausência de Comprovação de Audiência Pública: A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seu Art. 9º, § 4º, estabelece a necessidade de realização de audiências públicas, no mínimo a cada quadrimestre, para avaliação do cumprimento das metas fiscais. Embora a abertura de Crédito Adicional Especial não se insira diretamente nesta obrigatoriedade quadrimestral, a transparência na gestão orçamentária é um princípio fundamental. Para alterações que impactem o orçamento, a realização e a devida comprovação de audiências públicas ou, no mínimo, a justificativa formal da sua dispensa ou forma de publicidade adotada, são práticas recomendáveis e, em muitos casos, exigidas por legislações específicas ou princípios de direito administrativo, visando a ampla participação popular e a legitimidade das decisões. Constata-se a ausência de cópia da documentação comprobatória da realização da audiência pública referente à proposta orçamentária em análise ou a justificativa para sua não realização no âmbito desta modificação específica.

Diante do exposto, esta Consultoria entende que o Projeto de Lei nº 74/2025 apresenta inconsistências que demandam correção ou complementação. Especificamente, aponta-se a necessidade de:

- Comprovação da realização da audiência pública ou a devida justificativa para sua ausência em relação a esta alteração orçamentária.







Recomenda-se que o Poder Executivo Municipal providencie as informações e/ou adequações necessárias para que o Projeto de Lei nº 59/2025 esteja em plena conformidade com a legislação orçamentária vigente e os princípios da transparência e do planejamento.

É o parecer.

Mairinque, 12 de novembro de 2025.

  
**JOMAR LUIZ BELLINI**  
Consultor Orçamentário e Estatístico